



DIVERSIDADE SEXUAL E IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: reflexões das práticas pedagógicas da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede pública municipal do Recife – PE.

Valdir Eneias de Melo; Wanderléia Farias Santos
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
melovaldir21@hotmail.com; wardenleibr@hotmail.com

RESUMO: Este artigo teve como objetivo conhecer como os/as professores/as trabalham as temáticas da diversidade sexual e igualdade de gênero na escola. Apresenta aspectos das concepções de diversidade sexual e desigualdade de gênero fundamentado na legislação educacional brasileira e no âmbito dos Direitos Humanos. Compreendendo que a escola deveria ser o local por excelência de ensino-aprendizagem com a intencionalidade de formar pessoas críticas e questionadoras da realidade vigente, apontamos as seguintes problemáticas para investigação: Como tais temáticas estão sendo vivenciadas? De que maneira os/as professores/as estão atuando e lidando, em suas práticas pedagógicas, com a diversidade sexual e desigualdade de gênero? O estudo é de abordagem qualitativa e utilizou como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas à 13 professores/as da Educação Infantil e Ensino Fundamental I como, também, foi feita uma revisão literária em periódicos e livros para a construção deste artigo. Percebemos que as discussões referentes à diversidade sexual e de gênero ainda são incipientes no contexto escolar e que é necessário o desenvolvimento de estudos, a realização de formações e a circulação de informações de modo a romper com os preconceitos existentes e construir um modelo educativo que prime pela diversidade e inclusão social. Portanto, esperamos, mesmo que brevemente, ter contribuído para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos acerca das relações de gênero e diversidade sexual, desconstruindo os padrões de preconceitos e modelos discriminatórios, de uma sociedade marcada por muito tempo pela a-criticidade e não conscientização de indivíduos.

Palavras-Chave: Escola. Diversidade Sexual. Igualdade de gênero. Prática Docente.

INTRODUÇÃO

A prática de ensinar e de aprender são processos que envolvem professores/as e alunos/as numa constante interação no ambiente da escola. Neste processo, não surgem apenas os conteúdos curriculares, mas emergem também temáticas das mais variadas, como, por exemplo, temas sobre a diversidade humana, religiosa, étnica, política, sexual, gênero, entre outras. Tais demandas estão cada vez mais presentes no ambiente escolar, no entanto, o modelo escolar que ainda predomina no nosso país apresenta muitas dificuldades de convivência e/ou aceitação das diferenças

existentes na diversidade humana. A motivação para investigar tal temática surgiu a partir da minha vivência pessoal e profissional no contexto educacional, atrelado ainda, ao curso de aperfeiçoamento em Educação e Direitos Humanos, realizado na Universidade Federal do Pernambuco - UFPE. Somando-se a isso, minha experiência na rede municipal de ensino do Recife evidenciou que professores/as resistem a garantir um ensino pautado no respeito à igualdade de gênero e à diversidade sexual.

As lutas por igualdades de gênero e respeito às diferenças têm sido constantes



em diversos contextos da sociedade, entre eles, e talvez um dos mais importantes – o ambiente escolar, que se caracteriza como o lugar da mudança, do universo da transformação. As discriminações de gênero e sexual são dilemas que, para serem resolvidos, precisam, necessariamente, instrumentalizar cada vez mais os/as professores/as no desenvolvimento do respeito e da pluralidade e enfrentamento ao preconceito e discriminação. As apresentações das diversas formas de viver a diversidade sexual, que não estivessem em um padrão heteronormativo, sempre foram ignoradas e/ou excluídas no âmbito escolar, limitando-se, em geral, as questões de estudo do corpo físico, das diferenças biológicas, dos cuidados preventivos contra doenças sexualmente transmissíveis e afins. Neste sentido, estudos como o que desenvolvemos, são muito pertinentes e necessários para ajudar a pensar e problematizar um novo modelo de educação. As pessoas que se reconhecem com uma orientação sexual e uma identidade de gênero que não corresponde ao sexo biológico, geralmente, sofrem de inúmeros preconceitos, constrangimentos, violências física, moral e verbal. Tais situações existem tanto dentro, como fora do contexto escolar. Mas, considerando que, a escola é um espaço de ensinar e de aprender sobre a diversidade humana, é

preciso então, saber como tais temáticas estão sendo vivenciadas. Os/as professores/as estão aptos/as a lidar com a diversidade sexual e a desigualdade de gênero presente em sala de aula? Eis a problemática deste estudo. A partir do que foi descrito, este estudo tem como objetivo geral conhecer como os/as professores/as trabalham as temáticas de diversidade sexual e igualdade de gênero na escola. Para alcançarmos nosso objetivo geral, elencamos três objetivos específicos: a) verificar qual concepção de gênero e diversidade sexual os/as professores/as têm; b) entender quais são as dificuldades que eles/as enfrentam diante de situações de preconceitos; c) e por último, perceber como esses temas são abordados em sala de sala.

Para alcançarmos os objetivos elencados se fez necessária uma apropriação das diretrizes legais e fundamentações teóricas sobre a diversidade sexual e a igualdade de gênero na escola e identificar nos/nas professores/as dificuldades e possibilidades das práticas docente frente a tal temática, pois, a escola é um local de formação cidadã e de aceitação e acolhimento de todas as manifestações da diversidade humana, e, tem um papel importantíssimo no combate às discriminações e desigualdades de gênero. Do ponto de vista de sua estrutura, este artigo foi organizado



em quatro tópicos. No primeiro tópico intitulado *Abordagem Teórica: função da Escola diante da Diversidade Sexual e diretriz legal* apresentou alguns apontamentos teóricos e evidenciamos o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/97) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) evidenciam acerca da diversidade sexual e inclusão no contexto escolar. No segundo tópico, *Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: reflexões necessárias*, refletimos a respeito dos conceitos de diversidade sexual e identidade de gênero e suas abordagens no contexto escolar. Em seguida, no item *Percurso Metodológico*, evidenciamos a metodologia utilizada para realização da pesquisa e, por fim, no item *Resultados e Discussões* analisamos os dados de nossa pesquisa e tentamos responder as questões que nortearam nossas reflexões. A seguir, apresentamos uma breve abordagem teórica acerca da escola frente à diversidade sexual.

Abordagem Teórica: função da escola diante da Diversidade Sexual e diretrizes legais

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei de nº 9.394/96, é lançada os marcos para uma escola pluralista e que respeita a diversidade humana em todas as suas

dimensões. Em seguida, o Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997, 1998) oferece às escolas a oportunidade de trabalhar a diversidade sexual com os/as alunos/as, incluído conceitos básicos e informações sobre sexualidade aos estudantes nas diferentes faixas etárias. Antes, porém, de adentrarmos ao debate acerca da função da escola em relação à diversidade sexual, precisamos trazer, de forma sintética, nossa compreensão acerca da diversidade. O termo diversidade designa algo mais amplo e, vai além do que podemos compreender, de modo que aqui nos cabe falar sobre a diversidade sexual e gênero. Concordamos então que:

[...] Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram (FERREIRA; GUNTHER, 2010 *apud* GOMES, 2010, p. 8).

Por ser um termo tão vasto, podemos, então, dizer que existem várias diversidades, e, mesmo assim, ainda não será suficiente para pensar e tratar de todas. Todavia, enquanto parte integrante do processo de ensino-aprendizagem deve-se trabalhar para que a escola trate todos/as igualmente, e, sobretudo, não permitindo preconceitos, desigualdades e discriminações, buscando sempre perceber as qualidades de cada um/a. A educação, assim, é a melhor forma para combater o preconceito e a discriminação de qualquer natureza. A partir dos anos 1980, a demanda por trabalhar na área da sexualidade nas escolas aumentou em virtude da preocupação dos/das educadores/as com o grande crescimento da incidência de gravidez entre as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV (vírus da AIDS) entre os/as jovens. Sabemos que o Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), possibilita trabalhar a orientação sexual como um tema interdisciplinar. O referido documento aponta que “as manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas

etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir é respostas habituais dadas por profissionais da escola” (BRASIL, 1998, p. 291). Sendo a escola um espaço privilegiado para trabalhar a educação sexual, considerando que os/as alunos/as passam parte do tempo de sua vida nela, e que a mesma se constitui como um espaço significativo para a educação formal do ser humano deve oferecer uma educação inclusiva, que não seja discriminatória e sexista, mas que possibilite ao sujeito uma condição de evolução plena em sua totalidade. Portanto, se faz necessário à escola:

[...] Abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado na escola, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa (BRASIL, 1997, p. 121).

As lutas por igualdades de gênero e respeito às diferenças têm sido constantes em diversos contextos da sociedade, entre eles, e talvez um dos mais importantes – o ambiente escolar, que se caracteriza como o lugar da mudança, do universo da transformação. As discriminações e desigualdades são práticas excludente e desumana e a educação é um instrumento



capaz de minimizar os efeitos das ações de pessoas desinformadas que se vale do machismo e do patriarcalismo para se firmar e, assim reproduzirem e perpetuarem as mais diversas formas de violência motivadas pela cor, raça, etnia, gênero. Tais comportamentos são socialmente construídos e estão enraizados no berço da sociedade e é através de práticas pedagógicas críticas e propostas problematizadoras que poderemos alcançar uma sociedade mais democrática que respeite a todos/as. A seguir, algumas reflexões sobre diversidade sexual e identidade de gênero.

Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: reflexões necessárias

Temos visto ao longo da história da humanidade que a convivência com o/a outro/a pode ser uma das ações mais difíceis de praticar, ainda mais quando esse/a outro/a é “diferente”, ou foge a algum tipo de padrão imposto pela sociedade considerado como “normal” ou “certo”. Diversidade sexual é o “termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana e suas possibilidades de expressão”, enquanto o “gênero é um termo que designa a dimensão biológica da dimensão social do ser humano tendo por base o pensamento de que existem machos e fêmeas”. Porém, o modo de ser homem e mulher é

construído socialmente pela cultura, ou seja, o jeito de serem homens e mulheres é (sic) produtos da sociedade (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 43). Já a identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser homem ou mulher, conforme atributos considerados próprios do comportamento feminino ou masculino. Os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são convencionalmente estabelecidos a partir do gênero (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009). Identidade de gênero é a forma como nós percebemos e desejamos que os outros nos reconheçam, incluindo a maneira como agimos, o jeito de ser homem ou mulher, o modo como nos vestimos, andamos e, a linguagem que utilizamos no dia a dia.

A identidade de gênero é, muitas vezes, confundida com a orientação sexual. Por exemplo, é muito comum as pessoas travestis serem consideradas como homossexuais, pois, o fato dessas pessoas portarem, em seus corpos, elementos caracterizados como femininos, leva a grande maioria das outras pessoas a afirmarem que a travesti se sente, necessariamente, atraída por homens. Na realidade, a travesti pode se sentir atraída (orientação do desejo) tanto por homens, quanto por mulheres e por outras travestis. Ser travesti não determina a orientação do desejo da pessoa. Porém, infelizmente,



muitos/as profissionais e as famílias ainda vêm essa discussão em sala de aula como sendo o ensino de como ser gay, conforme reportagem publicada por Rayder Bragon, no portal Uol Educação, em 17 de maio de 2013. A reportagem evidencia que:

Algumas pessoas argumentam que qualquer discussão a respeito da diversidade sexual, no ambiente escolar, seria uma forma de incitarmos as crianças a se tornarem gays ou lésbicas. A gente sabe, no entanto, que a sexualidade é particular e algo próprio do ser humano. O importante é eles [alunos] perceberem que o diferente merece respeito e que respeitar as diferenças não significa que eu queira ser igual (BRAGON, 2013, s/p).

A reportagem prossegue afirmando que existe preconceito entre os próprios docentes. O que é compreensível partindo do princípio de que eles/as também são frutos de uma sociedade marcada profundamente por uma educação formal e informal recriminadora e preconceituosa que durante séculos e séculos coibiu os desejos sexuais, ora visto como motivo de vergonha, ora como sagrado de acordo com a visão da igreja. Dessa forma, apresentamos a seguir como foi feito o procedimento metodológico do nosso trabalho.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo se constituiu de uma pesquisa qualitativa. Escolhemos essa técnica porque ela tem a capacidade de colher dados em profundidade sobre o modo de vida, costumes, opiniões “[...] busca detalhes, reações emocionais, interesses” (FERREIRA, 2015, p. 06). Foi realizada a aplicação de questionários com os/as professores/as que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti, da rede municipal de ensino do Recife. De acordo com Fonseca (2002), todo trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador/a conhecer o que já se estudou sobre o assunto, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A pesquisa que utiliza esse instrumento para construção dos dados, tem resultado e respostas a diversos aspectos da realidade investigada. As perguntas, portanto, poderão ter: conteúdo sobre fatos, atitudes, costumes, sentimentos e comportamento presente ou passado, entre outros. Ainda segundo Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009), a pesquisa que emprega o uso do questionário, tem em mãos um dos principais instrumentos de coleta de



informações para produção de dados. Assim, o percurso metodológico deste trabalho utilizou/aplicou os questionários com 13 (treze) professores/as sendo (02) duas da Educação Infantil e 11 (onze) do Ensino Fundamental I. Esses questionários continham 20 (vinte) questões sobre a diversidade sexual e igualdade de gênero na escola, nas quais os/as colaboradores/as responderam a perguntas desde a idade, formação acadêmica, prática pedagógica até situações de discriminação ou preconceito decorrente do gênero e expressões da sexualidade no espaço escolar. A Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti está localizada na Rua José Augusto, s/nº, Torrões, Recife-PE e faz parte da rede pública do município de Recife-PE. A mesma funciona os três turnos (manhã, tarde e noite) disponibilizando para clientela local a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJAII e tem aproximadamente 700 alunos/as matriculados/as.

A seguir apresentamos os resultados e discussões do presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a sistematização dos resultados, as questões mais significativas serão apresentadas e analisadas a partir de então. Do total de docentes que participaram deste estudo, 03 (três) se reconhecem do

gênero masculino e 10 (dez) do gênero feminino. A faixa etária dos/as participantes encontra-se entre os 25 e 65 anos, em média. No que se refere à orientação sexual 01 (um) docente se declara como homossexual e os demais se declararam como heterossexual. Em relação à religião 08 (oito) se afirmaram como católicos/as, 01 (uma) espírita, 01 (um) sem religião, 02 (duas) evangélicas e 02 (dois) se afirmaram ter outro tipo de religião. Quanto à etnia 07 (sete) se declararam branco/a, 05 (cinco) pardo/a e 01 (uma) preta. Dos treze docentes, uma tem formação em nível médio (magistério), 01 (uma) tem mestrado, 01 (uma) graduação e 10 (dez) tem especialização. Dos 13 (treze) docentes quando questionados/as se já receberam formação para trabalhar a temática de gênero e diversidade sexual apenas duas tiveram essa formação. Quando questionados/as se trabalham a temática de gênero e diversidade sexual em sala de aula, 07 (sete) afirmaram que não trabalham e 06 (seis) trabalham. Os/as que trabalham tais temáticas disseram que suas práticas são: roda de conversas, conscientização, leituras, vídeos, reportagens, entre outras. Percebemos pelas respostas dos/das 06 (seis) participantes que em suas práticas pedagógicas, os temas gênero e diversidade são trabalhados em sala de aula e isso nos permite inferir que as



discussões relativas ao tema pesquisado estão chegando onde deveria: na escola. Porém, isso ainda não é suficiente, haja vista que o ideal seria se toda escola tivesse participando dessas rodas de conversas, que tivesse palestras acerca do tema e que de fato a prática docente fosse permeada por ações capazes de despertar nos/as alunos/as o respeito ao/a outro/a, ao diferente. O que reporta ao Livro de conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 33) ao afirmar que: “é no espaço escolar que os/as estudantes podem [...] exercitar o respeito à diferença”. Deste modo, as diferenças sejam de gênero, etnia, raça, cor ou religião é um adentro a mais na convivência para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e desigual. No entanto:

[...] Situações de discriminação e preconceito estão com frequência presentes no cotidiano escolar e muitas vezes são ignorados, encarados como brincadeiras. É importante não negá-las e sim reconhecê-las e trabalhá-las, tanto no diálogo interpessoal como em momentos de reflexão coletiva, a partir das situações concretas que se manifestam no cotidiano escolar (CANDAUI, 2010, p. 32).

É possível inferirmos que a escola, em algumas situações, é conivente com tais

práticas, isto é, ao repreender/reprimir um/uma aluno/a por ele/ela ter características acentuadamente mais masculinas ou femininas ela está perdendo a oportunidade de refletir e discutir coletivamente as consequências de atitudes preconceituosas, por exemplo, a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Quando questionados/as se a homossexualidade é uma doença todos/as afirmaram que não. Questionados/as sobre a possível existência de algum/a aluno/a que se assume como homossexual e qual a relevância disto no contexto escolar, 11 (onze) docentes afirmaram que simplesmente não se importaria, 01 (um) falou que não se importaria desde que o/a aluno/a não demonstrasse sua orientação e 01 (uma) falou que não se importaria, mas que não sabe lidar com a situação. Em relação a uma aluna travesti 12 (doze docentes) permitem em sala de aula se vestir de acordo com sua identidade de gênero e 01 (uma) afirmou que a travesti tem que se vestir correspondente ao sexo biológico. Aqui vemos que existem 11 (onze) docentes ao serem interpelados sobre a relevância da existência de alunos e alunas homossexuais no contexto escola, eles/as afirmam que não se importariam em ter pessoas com tais orientações sexuais em sala de aula. No entanto, nos perguntamos em que circunstâncias esses profissionais não se importariam em ter



alunos/as com uma orientação sexual que foge aos padrões sociais em suas respectivas salas de aula? Será que a forma de tratamento é a mesma destinada aos discentes que se portam de acordo com o sexo biológico que tem? Por outro lado, entendemos e defendemos a existência de alunos/as homossexuais em sala de aula, não só por um direito universal, conforme destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo 26, afirma que todos têm direito a instrução, ou seja, além de todos/as terem direito a educação, eles/as têm o direito de serem respeitados/as independentes de condições e diferenças, sejam elas de quaisquer tipologias. Quando questionados/as que atitude a escola deve tomar ao saber que o/a aluno/a é homossexual 01 (uma) professora afirmou que encaminharia o/a aluno/a para orientação psicológica, 02 (duas) professoras responderam que convocariam os/as responsáveis, 06 (seis) não teriam nenhuma atitude e 04 (quatro) professores/as responderam que tomariam outros encaminhamentos como: trabalhar os/as demais alunos/as da sala, sensibilizar o corpo docente e a comunidade e saber se os/as responsáveis estão cientes. Acreditamos que essa seja a atitude mais sensível e pedagógica a ser tomada, uma vez que trabalhamos esses temas a possibilidade de aceitação e respeito ao/a outro/a é maior e, portanto, é válida.

Do total de entrevistados/as 10 (dez) professores/as já lecionaram, no percurso de sua carreira profissional, a alunos/as homossexuais que foram identificados/as, em sua maioria, a partir do comportamento no contexto de sala de aula e/ou espaço escolar. E, segundo os docentes são poucos os/as alunos/as que declaradamente de identificam como homossexuais. Diante da situação de declarar ou não a orientação sexual, mais uma vez os/as professores/as afirmaram que o fundamental diante de tais situações é sempre agir com respeito para com as orientações e identidades dos/as alunos/as. Os docentes também declararam que as escolas onde atuam, buscam respeitar as diferentes expressões da diversidade sexual dos discentes.

Dos docentes entrevistados, apenas 07 (sete) se sentem preparados/as para responder aos discentes sobre perguntas ligadas a diversidade sexual e/ou identidade de gênero e, 06 (seis) docentes afirmaram não se sentir aptos/as a responder, intervir e/ou mediar tais questões. Apesar deste índice, é importante que a diversidade sexual seja tema transversal em todas as disciplinas, pois o preconceito também é vivido na escola, tanto entre professores/as em relação aos/as alunos/as, como entre os/as alunos/as e até mesmo entre os/as próprios/as professores/as. Cabe, portanto, aos cursos de formação de docentes



prepararem os futuros profissionais para lidar com tais questões e, também, que as secretarias estaduais e/ou municipais de educação realizem encontros, palestras, debates para os/as professores/as, no intuito de que os mesmos se sintam mais preparados/as para o diálogo aberto e reflexivo com os/as alunos/as. O medo e o preconceito às diferenças, muitas vezes provocados pelo desconhecimento, geram violências físicas e simbólicas. Quando questionados/as sobre como reagiriam em uma situação de discriminação por orientação sexual por parte de professor/a ou funcionário da unidade escolar, 10 (dez) professores/as afirmaram que conversariam com o colega que agiu desta forma, e, 03 (três) professores/as afirmaram que denunciariam o fato à gestão da escola para que a mesma tomasse os encaminhamentos necessários. Diante de situações de discriminação relacionadas à orientação sexual 09 (nove) professores/as afirmaram que já presenciaram situações de violência e/ou discriminação entre os/as próprios/as alunos/as. Outros 04 (quatro) docentes afirmaram já ter presenciado situações de violência e/ou discriminação entre professores/as e alunos/as.

Quando questionados/as sobre casais do mesmo sexo demonstrando afetos e de mãos dadas no ambiente escolar, caso fosse permitido para os casais heterossexuais, 09 (nove) professores/as

afirmaram não ver problema em tal situação, 04 (quatro) professores/as acham que tal situação é um desrespeito para casais de ambas às orientações sexuais. Quando questionados/as como agiriam a uma situação de discriminação sexual ou identidade de gênero entre alunos/as em sala de aula 12 (doze) professores/as responderam que realizariam um debate em sala sobre a temática e 01 (uma) professora mandaria para a direção. Foi perguntado, por fim, quais limites e a possibilidade em trabalhar com as questões da sexualidade e gênero em sala de aula/escola. Sobre tal questão, os/as professores/as afirmaram que o que limita o diálogo e a reflexão sobre tal temática é a crença religiosa dos/das alunos/as, o preconceito, os padrões postos pela sociedade e a falta de interesse da escola. Nesse sentido, precisamos compreender o sentido da educação, da escola e das práticas pedagógicas e a suas relações com a sociedade. Essas práticas perpassam pela formação de professores/as que como agentes diretos do processo de ensino-aprendizagem precisam ser capacitados/as e habilitados/as para atuarem diante das situações motivadas por preconceitos, discriminações e estereótipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa realizada, percebemos que as questões referentes à



diversidade sexual e a igualdade de gênero atreladas a educação, são frequentemente debatidas pelos movimentos sociais e outros espaços que discutem políticas públicas afirmativas para a educação pautada na laicidade e nos Direitos Humanos. Constatamos que há necessidade de estudos, informação e formação que busquem compreender de que maneira os aspectos associados à diversidade sexual ainda são tímidos e ressoam na limitação que os/as professores/as sentem diante de situações que exigem conhecimentos sobre o referido tema. A introdução dessas políticas e diretrizes objetiva a promoção do respeito à diversidade sexual, de gênero, para impulsionar mudanças institucionais ao mobilizar a sociedade para lutar em prol da superação de preconceitos e discriminações historicamente consolidadas, tradicionalmente associadas ao controle e à repressão de minorias. Acreditamos que nossa pesquisa alcançou os objetivos propostos e, abriu espaços para outras discussões, como podemos perceber nas respostas dos/as colaboradores/as. Dessa forma, existem muitas limitações tanto por parte da própria escola quanto por profissionais que atuam nas escolas. Há também que se perceber que essa é uma discussão relativamente incipiente e, portanto, ainda precisa ser mais explorada no meio educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRAGON, Rayder. **Falar de diversidade sexual é visto como ensinar a ser gay, diz docente**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/17/abordar-diversidade-sexual-na-escola-e-visto-como-aula-para-ser-gay-diz-professor.htm>> Acesso em 27/08/2015

CANDAU, Vera Maria (orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 19/10/2015

FERREIRA, Windyz Brazão. **Técnica qualitativa de coleta de dados**, in: Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FERREIRA, Antônio; GUNTHER, Rosângela. **Integração e diversidade na escola: possibilidades e Limites.** In: II Simpósio Nacional de Educação. XXI Semana de Pedagogia: Infância, Sociedade e Educação. De 13 a 15 de outubro de 2010- Anfiteatro Campus de Cascavel. ISSN: 2178-8669

FERREIRA, Windyz Brazão. **Pesquisa quantitativa.** In: Curso de Especialização Gênero e Diversidade na escola (NIPAM/UFPB). João Pessoa. 2015.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: **formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

